



**CONSELHO INDIGENISTA
MISSIONÁRIO**



Search



CIMI

NOTÍCIAS

Agência Porantim

Jornal Porantim

Programa Potyrô

PUBLICAÇÕES

ESPECIAIS

POVOS INDÍGENAS

TERRAS INDÍGENAS

OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIA

APOIE

CONTATO

Home / Notícias / Internacional

26/02/2025

58a Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU tem início em Genebra com participação dos povos indígenas e Cimi

O período de sessões segue até o dia 4 de abril. O Cimi e povos indígenas se pronunciam em Diálogo Interativo, Debate Geral e nos Painéis, além de Evento Paralelo



Organização das Nações Unidas. Foto: ONU

POR ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO – CIMI

Teve início nesta segunda-feira, 24, a 58a Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, na Suíça. O período de sessões segue até o dia 4 de abril. A situação dos defensores e defensoras de direitos humanos, a prevenção ao genocídio e a reforma de direitos constitucionais são temas de destaque aos interesses dos povos indígenas no Brasil a serem tratados neste ciclo.

As sessões de março têm um peso político importante, pelo chamado Segmento de Alto Nível, reunindo autoridades dos Estados-membros da ONU durante a primeira semana. Conforme analistas, o segmento indica a direção dos ventos da política global de direitos humanos.

Mesmo com interferência limitada nos casos concretos, o Conselho de Direitos Humanos é um espaço onde os povos indígenas podem se apropriar de jurisprudências internacionais capazes de proteger e monitorar a aplicação de direitos, receber visitas de relatorias especiais em suas aldeias, além do Estado brasileiro ser instado a cumprir com tratados internacionais dos quais é signatário.

Como ocorre há uma década, os povos indígenas e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) tomarão parte das discussões levando à comunidade internacional os entraves, violações e

presentes nos territórios e terras indígenas, obstáculos à garantia dos direitos humanos das populações tradicionais e seus integrantes.

Lideranças indígenas e representantes do Cimi participarão de forma oficial, e com direito a pronunciamento, do Debate Geral, do Diálogo Interativo e de alguns Painéis, caso da Prevenção ao Genocídio.

No próximo dia 5 de março, Evento Paralelo receberá relatora da ONU sobre Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, Mary Lawlor

Haverá ainda um **Evento Paralelo sobre a questão indígena no Brasil no dia 5 de março**, promovido por um grupo de organizações, entre elas o Cimi, referente à temática dos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos, que será alvo de debate público nesta sessão do Conselho envolvendo os Estados-membros.

No ano passado, entre setembro e outubro, uma delegação com lideranças indígenas e integrantes do Cimi esteve em Genebra para a **57a Sessão do Conselho**. Por mais que haja uma linha costurando as incidências, cada sessão possui um foco destacado.

Nesta 58a sessão, a relatora da ONU sobre Defensores de Direitos Humanos, Mary Lawlor, reportará à comunidade internacional no dia 6 de março suas constatações e recomendações a respeito de visitas realizadas a vários países do mundo. Em abril de 2024, Mary esteve no Brasil, onde visitou terras indígenas na Bahia e no Mato Grosso do Sul.



A relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a situação de pessoas defensoras de direitos humanos, Mary Lawlor, esteve no Brasil entre os dias 8 e 19 de abril. Foto: ACNUDH/UN

Marco temporal e a situação dos defensores e defensoras

A relatora da ONU recomendou ao Supremo Tribunal Federal (STF) **prioridade no julgamento da Lei 14.701/23, a Lei do Marco Temporal**, ao se referir ao Brasil no **informe de 19 páginas** publicado no último dia 31 de janeiro. Mary deverá reafirmar a questão durante o debate público no Conselho de Direitos Humanos.

Tramita no STF três Ações Direta de Inconstitucionalidade (ADI) sobre a Lei 14.701, cujo argumento lembra a Corte Suprema de que a lei contraria as 13 teses fixadas no tema 1031, e uma outra Ação Direta, mas de constitucionalidade, movida pelos partidos que aprovaram a lei no Congresso Nacional.

Mary recomenda ainda que o governo brasileiro acelere as demarcações das terras indígenas como forma de proteger os defensores e defensoras de direitos humanos

“Priorizar com a máxima urgência, em estreita colaboração com o Ministério dos Povos Indígenas e agências relevantes, a demarcação de territórios indígenas”, diz trecho do relatório.

As Relatorias Especiais são parte de um grupo de mecanismos conhecido como **Procedimentos Especiais** do Conselho de Direitos Humanos. No caso da Relatoria da ONU sobre Defensores de Direitos Humanos, o mandato não tem como missão se debruçar sobre o tema “povos indígenas”, senão a situação de defensores e defensoras.

No entanto, Mary entende que “grande parte da violência contra pessoas defensoras de direitos humanos no país está enraizada no conflito pela terra”.

Contrariando o que recomenda o relatório, o Estado brasileiro sinaliza para inflexões na legislação indigenista capazes de potencializar violações de direitos humanos e territoriais.



Representantes indígenas se retiraram da mesa de conciliação sobre a Lei 14.701/2023 com manifestação e gritos de “marco temporal não!”. Foto: Tiago Miotto/Cimi

Negociação e reforma de direitos

No Brasil, se orchestra um pacote de mudanças hostil à Constituição Federal articulado a partir da Lei do Marco Temporal, cuja tese central é considerada inconstitucional pelo STF.

Ocorre que a Lei do Marco Temporal não envolve apenas sua tese central, mas também a possibilidade da exploração econômica dos territórios indígenas pela mineração, agronegócio e grandes empreendimentos. Neste enclave se estabelece a parte fundamental da conjuntura indigenista.

A negociação e a reforma de direitos constitucionais dos povos indígenas, com destaque à Mesa de Conciliação aberta no STF pelo ministro Gilmar Mendes, têm gerado não apenas apreensão e insegurança, mas também impulsionado ações judiciais de suspensão de demarcações e ondas de violência nos territórios mais vulneráveis.

Enquanto isso, o STF precisa concluir a [análise dos recursos que faltam para a conclusão do processo de repercussão geral](#) sobre demarcações de terras indígenas e o marco temporal.

O ministro Edson Fachin solicitou ao presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, que tenha prioridade na pauta de julgamentos. A indicação feita pelo ministro em dezembro de 2024 reconhece a relevância e a urgência da questão, após solicitação feita pelo povo Xokleng e por diversas organizações indígenas. A posição foi apoiada, no dia 23 de janeiro, por um conjunto de organizações da sociedade civil que atuam como amigas da Corte ("*amici curiae*") no processo, também conhecido como Tema 1031.

A [suspensão dos efeitos do processo de demarcação e o decreto de homologação da Terra Indígena \(TI\) Toldo Imbu](#), pelo ministro do STF André Mendonça, no último dia 20 de fevereiro, teve como justificativa a falta de conclusão definitiva do processo de repercussão geral sobre demarcações de terras indígenas e o marco temporal.

Share this:



Imprimir Post

Tags:

[Conselho de Direitos Humanos da ONU](#) [Marco Temporal](#) [Mary Lawlor](#) [ONU](#)

[Relatoria da ONU sobre Defensores de Direitos Humanos](#) [Supremo Tribunal Federal \(STF\)](#) [Tema 1031](#)

RELATED POSTS



Em painel da ONU sobre genocídio, pesquisadora diz que "destruição dos povos indígenas vai além do extermínio físico"

05/03/2025



Presidente do Cimi se dirige à ONU e apela para que o STF volte ao que foi decidido em 2023 sobre o marco temporal

04/03/2025



Presidente do Cimi, Dom Leonardo Steiner, se dirigirá ao Conselho de Direitos Humanos da ONU na segunda (3)

28/02/2025



ONU: Proposta e "conciliação" de Gilmar Mendes levam STF a flerte com violação do Direito Internacional

27/02/2025



Em Brasília, lideranças Kaingang cobram que STF reverta suspensão da TI Toldo Imbu em votação que inicia amanhã (14)

13/02/2025

CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

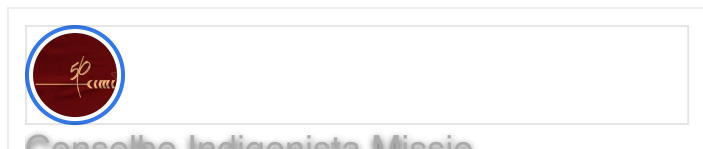
O Cimi é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que há 45 anos atua em defesa dos direitos dos povos indígenas do Brasil.

BOLETIM

Informe seu email no campo abaixo e receba o boletim do Cimi, com notícias e as últimas informações sobre as lutas dos povos indígenas do Brasil

ENVIAR

CURTA-NOS NO FACEBOOK



SIGA NOSSAS REDES



site por [Cardume](#) + [MFF Web Agency](#)

[Agência Porantim](#) · [Denuncie](#) · [Terras indígenas](#)